



CBTU
Companhia Brasileira
de Trens Urbanos

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS DE FIXAÇÕES PARA TRILHOS E
DORMENTES DA VIA PERMANENTE DAS STUS JOÃO PESSOA,
NATAL E MACEIÓ.

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS - GAESP

DIRETORIA TÉCNICA - DT



CONTROLE DE REVISÕES

| REVISÃO | DATA | DESCRIÇÃO |
|---------|------------|-----------------|
| 00 | 14/11/2024 | Emissão Inicial |
| 01 | 19/3/2025 | Revisão textual |

SUMÁRIO

- 1. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**
 - 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**
 - 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**
 - 4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
 - 5. PREÇO REFERENCIAL**
 - 6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES**
 - 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**
 - 8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA VENCEDORA**
 - 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**
 - 10. REGIME DE EXECUÇÃO**
 - 11. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E COOPERATIVA**
 - 12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
 - 13. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**
 - 14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO**
 - 15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**
 - 16. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**
 - 17. ANÁLISE DE RISCOS**
 - 18. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**
 - 19. DISPOSIÇÕES GERAIS**
 - 20. ANEXOS**
-

1. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente aquisição visa a melhoria nos serviços de manutenção de via permanente, considerando que, devido aos desgastes causados pelo tempo, pela própria operação constante e os efeitos de oxidação, muitas fixações existentes não possuem mais a eficácia necessária para uma perfeita e segura operação dos trens nas STUs JOP, MAC e NAT, além disso, algumas destas fixações já foram desprendidas de seus respectivos locais, o que aumenta ainda mais a insegurança da operação;
- 1.2. Os elementos de fixações são instrumentos eficazes e indispensáveis para fixação dos componentes de superestrutura da via permanente (trilhos e dormentes), garantindo assim a bitola da via, sustentação e posicionamento dos trilhos, transferência de cargas, segurança e o bom funcionamento da operação ferroviária nas STUs JOP, MAC e NAT;
- 1.3. As fixações sofrem com desgastes naturais ao longo da sua vida útil causados por fadiga, esforços e intempéries. A partir do momento em que sejam adquiridos os materiais elencados neste termo de referência, será possível:
 - 1.3.1. Realizar as substituições ou instalações imediatas nos locais onde as fixações estejam danificadas ou tenham sido furtadas;
 - 1.3.2. Melhoria nas manutenções rotineiras, diminuindo ou evitando o surgimento de desprendimento dos trilhos e dormentes na via permanente;
 - 1.3.3. Restabelecer a estabilidade dos trilhos em relação aos dormentes, impedindo ou reduzindo deslocamentos tanto verticais como horizontais;
 - 1.3.4. Impedir e/ou reduzir os desalinhamentos de via.
- 1.4. Em suma, a aquisição dos elementos de fixações é absolutamente necessária para prover a manutenção adequada da via permanente, tornando possível as substituições necessárias, objetivando-se maior segurança à operação ferroviária, reduzir os esforços mecânicos das composições com consequente aumento da vida útil dos equipamentos, evitar as contratações de obras emergenciais da via e garantir conforto e segurança aos usuários e servidores.

- 1.5. As justificativas referentes aos quantitativos solicitados por cada uma das STUS fazem parte do Estudo Técnico Preliminar.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto o **Registro de Preço para a Aquisição de Elementos de Fixação para Trilhos e Dormentes da Via Permanente das STUs João Pessoa, Natal e Maceió**, conforme características e quantitativos apresentados no item 2.6;
- 2.2. O objeto destina-se às Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU-JOP), Natal (STU-NAT) e Maceió (STU-MAC) da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;
- 2.3. O objeto pretendido possui características e padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações conhecidas e usuais do mercado, razão pela qual ele pode ser caracterizado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 113, do RILC-CBTU.
- 2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o Art 181 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC visto que esta contratação se enquadra nas seguintes hipóteses: I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; e III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma área ou Unidade Administrativa da CBTU. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, prorrogável por igual período, nos termos do Art 189 do RILC;
- 2.5. **A licitação será dividida em 6 (seis) itens**, conforme descritos neste Termo de Referência e tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.6. Tabela de descrição do objeto e quantitativos requeridos:

| ITEM | QUANTIDADES | | | TOTAL | UNID. | DESCRIÇÃO DO OBJETO |
|------|-------------|-------|-------|--------|-------|---|
| | JOP | MAC | NAT | | | |
| 1 | 10.000 | | | 10.000 | CJ | Conjunto de fixação para tala de junção TR-37, composto de 1 parafuso, 1 arruela de pressão e 1 porca para parafuso |
| 2 | 10.000 | | | 10.000 | CJ | Conjunto de fixação para RN-37, composto de 1 parafuso, 1 arruela lisa e 1 porca sextavada para parafuso |
| 3 | 10.000 | | 3.232 | 13.232 | CJ | Conjunto de fixação S.75L para dormente monobloco de concreto. Fixação composta por calços isolantes de náilon de alta resistência a compressão e ao impacto, lâminas de mola dimensionadas para produzir elevada força de aperto, parafusos tipo "cabeça de martelo" com porca sextavada (modelo S-75L) e palmilhas de borracha padrão UIC, com elevada capacidade de atenuação de impactos e vibrações de alta frequência |
| 4 | 500 | | | 500 | par | Tala de junção angular TJ-37 |
| 5 | 10.000 | | | 10.000 | unid. | Palmilha de borracha para fixações TR-37 |
| 6 | | 2.000 | | 2.000 | CJ | Conjunto de fixação para RN-37, composto de 1 parafuso, 1 arruela lisa, 1 porca sextavada para parafuso e crapaud. |

2.7. O Item 3 da presente tabela terá locais de entrega distintos, que podem ser conferidos no capítulo 4 deste Termo Referência.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas detalhadas dos materiais, objeto da presente contratação, bem como as características do bem, os materiais empregados na fabricação, acabamento, testes de aceitação e inspeção encontram-se no site oficial da CBTU e podem ser acessadas através do link:

<https://intranet.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacao-material>

3.2. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste Termo de Referência.

3.3. Nos assuntos não abordados na ABNT NBR deverão ser usadas como subsídio as seguintes normas:

- 3.3.1. AREMA - American Railway Engineering Association;
- 3.3.2. UIC - Union International des Chemins de fer;
- 3.3.3. ASTM - American Society for Testing and materials;
- 3.3.4. DIN - Deutsche Industrie Normen;
- 3.3.5. ACI - American Concrete institute.

- 3.4. Em caso de divergência entre as normas acima citadas, prevalecerão as da AREMA.
- 3.5. Sobre o projeto:
 - 3.5.1. Haverá necessidade de envio de projetos e/ou desenhos prévios à fabricação dos itens adquiridos, para fins de aprovação pela fiscalização da CBTU. Caso necessário ou solicitado, a fabricante deverá apresentar memória detalhada dos cálculos, resultados de ensaios e, em casos disponíveis, uma amostra do material;
 - 3.5.2. De conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei nº 13.303/16, os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passam a ser propriedade da empresa pública ou sociedade de economia mista que os tenha contratado, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.
- 3.6. Os materiais fornecidos deverão ter garantia quanto à qualidade, defeitos de fabricação ou qualquer tipo de avaria por no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.

4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A carga, transporte e descarga nos locais indicados pela CBTU são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.2. Toda e qualquer movimentação dos elementos de fixações será feita por processos que garantam a sua integridade;
- 4.3. O objeto desta contratação deve ser entregue nos seguintes locais, conforme quantitativos apresentados no item 2.5:
 - 4.3.1. **STU-JOP (João Pessoa/PB):** Almoxarifado da Estação Cabedelo - Rua Cleto Campelo, s/n. Bairro: Centro, Cabedelo-PB. Cep: 58100-130.
 - 4.3.2. **STU-NAT (Natal/RN):** Superintendência de Trens Urbanos de Natal, Praça Augusto, 302. Bairro: Ribeira, Natal-RN. Cep: 59012-380.
 - 4.3.3. **STU-MAC (Maceió/AL):** Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, Rua Barão de Anadia, 121. Bairro: Centro, Maceió-AL. Cep: 57020-630.

- 4.4. Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A CONTRATADA deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega;
- 4.5. Na ocorrência de danos no material, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite;
- 4.6. A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização, e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial;
- 4.7. Serão medidos e pagos os quantitativos previamente aprovados, fornecidos e entregues nos locais indicados, após a atestação da qualidade e estado dos elementos de fixações entregues, e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo da remessa.

5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.1.2. Efetuar a entrega dos elementos/peças/componentes do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TR, e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia dos equipamentos;
- 5.1.3. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade, seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação dos elementos/peças/componentes objeto do Instrumento Contratual;

- 5.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme artigo 76 da Lei 13.303, de 2016
- 5.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da proposta e da habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 5.1.7. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE, concernentes ao fornecimento e execução do objeto
- 5.1.8. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade;
- 5.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessários ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças e autorizações relacionadas direta ou indiretamente com a execução do objeto contratado;
- 5.1.10. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;
- 5.1.11. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

- 5.1.12. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação;
- 5.1.13. Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), devidamente atestada(s) pela fiscalização da CONTRATANTE, ao gestor da CONTRATANTE acompanhada(s) da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e da Certidão da Receita Federal;
- 5.1.14. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética (<https://intranet.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>), no Código de Conduta e Integridade (https://intranet.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf) e na Política de Transações com Partes Relacionadas (https://intranet.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf), todos elaborados pela CBTU.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.2.1. Emitir Ordem de Execução formalizando o início de execução do objeto;
- 5.2.2. Franquear acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de suas dependências essenciais para a execução do objeto contratado, fornecendo condições adequadas, instruções e documentos necessários para tanto;
- 5.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo de referência e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.2.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 5.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de gestor e fiscal(is) especialmente designados;
- 5.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente às etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, relativas a execução do objeto, nos prazos e formas estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 5.2.7. A CONTRATANTE deve prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- 5.2.8. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado;
- 5.2.9. Formalizar procedimento administrativo, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos casos que justifiquem aplicação de penalidades contratuais e legais cabíveis à CONTRATADA;
- 5.2.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA relativo as Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), devidamente atestadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento pelo gestor da CONTRATANTE, podendo este prazo ser interrompido sempre que a CONTRATANTE solicitar quaisquer esclarecimentos referente ao valor devido;
- 5.2.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento, visando atestar qualidade e eficiência dos mesmos, durante o período de garantia
- 5.2.12. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação;
- 5.2.13. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU;

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 6.1. O prazo de execução para o fornecimento do objeto, incluídos os testes e inspeções, será de 05 (cinco) meses contados a partir da emissão da Ordem de Execução, conforme descrito no item 12 deste TR;
- 6.2. O pagamento poderá ser efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da entrega da respectiva nota fiscal atestada ao gestor contratual, referente aos materiais entregues.
- 6.3. A nota Fiscal deverá ser encaminhada até o quinto útil do mês subsequente à entrega dos materiais.
- 6.4. Os percentuais ilustrados na tabela a seguir foram baseados nos prazos médio e mínimo apresentados pelas empresas fornecedoras. Assim, a entrega iniciará após 90 dias (menor prazo apresentado) e finalizará em até 150 dias (média dos prazos de entrega apresentado).

| ITEM | 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | TOTAL |
|------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 1 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |
| 2 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |
| 3 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |
| 4 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |
| 5 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |
| 6 | - | - | - | 50% | 50% | 100% |

- 6.5. A CONTRATADA poderá fornecer todos os materiais de uma única vez dentro do prazo informado, desde que informado previamente à CONTRATANTE e esta esteja de acordo.

7. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de **MENOR PREÇO**, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.

- 7.2. No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis à perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.
- 7.3. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:
- 7.3.1. Nome da empresa (Razão Social);
 - 7.3.2. Endereço;
 - 7.3.3. CNPJ;
 - 7.3.4. Telefone e/ou e-mail;
 - 7.3.5. Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
 - 7.3.6. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal atestada pelo fiscal;
 - 7.3.7. Forma de envio (CIF);
 - 7.3.8. Prazo de execução conforme o cronograma;
 - 7.3.9. Prazo de garantia;
 - 7.3.10. Impostos incluídos;
 - 7.3.11. Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
- 7.4. A forma de envio do objeto deste TR deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos até a entrega na Superintendência indicada.
- 7.5. Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 7.6. O PROPONENTE que não esteja localizado no Estado de entrega do objeto deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

- 8.1. Na fase de habilitação, o licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em papel timbrado, assinado(s) por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido(s) em nome da empresa proponente, por empresa pública ou privada, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.
- 8.2. Obrigatoriamente o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar, individualmente ou em conjunto, o fornecimento do objeto para utilização em sistemas metroferroviários, em quantidade igual ou superior a 25% do total para o item concorrido presente neste Termo de Referência;

9. REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário;

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E COOPERATIVA

- 10.1. É vedada a subcontratação do objeto, admitindo-se, no entanto, a subcontratação para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte, empilhamento, etc.
- 10.2. Será admitida a participação de licitantes por meio de consórcios. No caso de participação de empresas em consórcio, a apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório para cada consorciado, admitir-se-á, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que, cada empresa apresente a qualificação técnica de parcela deste TR para que após somados as qualificações atendam às exigências mínimas citadas neste TR.
- 10.3. Será admitida a participação de licitantes por meio de cooperativas.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

- 11.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
- 11.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
- 11.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.
- 11.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 11.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 11.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 11.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.4.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 11.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
 - 11.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 11.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 11.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será

devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

- 11.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 11.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 11.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 11.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 11.11. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 11.12. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 11.13. Será considerada extinta a garantia:
 - 11.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
 - 11.13.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
 - 11.13.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.14. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 11.14.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 11.14.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 11.14.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 11.14.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 11.15. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 11.16. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos legais, regulamentares e contratuais;
- 12.2. O Prazo de execução para o fornecimento do objeto, incluídos os testes e inspeções, será de 05 (cinco) meses contados a partir da emissão da Ordem de Execução;
- 12.3. O prazo contratual poderá ser suspenso em virtude de casos fortuitos ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao contrato, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços

13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 13.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = P_0 \frac{I - I_0}{I_0}$$

sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

P_0 = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I_0 = Índice correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

- 13.2. O Índice a ser utilizado será o Produtos de Metal – Código 1420817, publicado através da Plataforma FGVDADOS da Fundação Getúlio Vargas, exceto para o item “5 – Palmilha de Borracha para fixações TR-37”, que será utilizado o índice Artigos de Borracha e de Material Plástico – Código 1420747;
- 13.3. Não serão computados, para fins de reajustamento de preços, atrasos imputáveis à Contratada, prevalecendo como mês de execução dos serviços, o que for previsto no cronograma contratual, limitando dessa forma a aplicação do reajuste àquele mês;
- 13.4. As faturas correspondentes ao reajustamento deverão ser extraídas e processadas em separado da fatura do principal a fim de que o pagamento destas últimas não seja prejudicado, no caso de dúvidas sobre o reajuste.

14. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. COMPETE AO GESTORES

- 14.1.1. Responder pelo acompanhamento, coordenação e comando da fiscalização da execução contratual, observando os aspectos físicos e financeiros da obra, do serviço e/ou fornecimento para o qual foi designado, reportando-se aos seus superiores hierárquicos sempre que entender necessário e/ou não possuir competência para a decisão pretendida;
- 14.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
- 14.1.3. Solicitar do(s) fiscal(ais) todas as informações necessárias a fim de subsidiar a elaboração de relatórios e a tomada de decisões;
- 14.1.4. Verificar, previamente, e comunicar à CONTRATADA o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição;

- 14.1.5. Coordenar a fiscalização da execução da obra, dos serviços e/ou fornecimentos, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento contratual;
- 14.1.6. Aprovar e encaminhar, ao órgão estrutural pertinente, os documentos de cobranças apresentados a CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências:
 - 14.1.6.1. Zelar para que, nos instrumentos contratuais que prevejam reajuste de preços, as faturas do valor principal sejam emitidas separadamente das faturas de reajuste;
 - 14.1.6.2. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros) estão acompanhados das planilhas de medição e/ou dos comprovantes de recebimento com suas respectivas memórias de cálculo atestadas pelo fiscal;
 - 14.1.6.3. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de suas aplicações;
 - 14.1.6.4. Atestar as memórias de cálculo de Reajuste/Repactuação e/ou atraso de pagamento;
 - 14.1.6.5. Encaminhar, nos contratos de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, os processos de pagamento para ateste prévio, pelos gestores das áreas Financeira e de Recursos Humanos de sua unidade, quanto ao cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas do contrato, sendo tais atestes pré-requisitos para o envio para liquidação e pagamento.
- 14.1.7. Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 14.1.8. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações das cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do instrumento contratual;

- 14.1.9. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica própria, ou de terceiros, que apoiará o fiscal do instrumento contratual no exercício de suas atribuições;
- 14.1.10. Elaborar e manter atualizado o relatório de execução físico-financeiro do instrumento contratual, de forma a subsidiar a elaboração de Termo de Encerramento, bem como o fornecimento de Atestados de Execução que porventura venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 14.1.11. Realizar todos os atos de comunicação e notificação da CONTRATADA, em especial nos casos de prática de condutas passíveis de aplicação de penalidades;
- 14.1.12. Elaborar relatórios de gestão, quando necessários, bem como os relatórios referentes à defesa prévia e ao recurso da CONTRATADA no processo administrativo sancionador;
- 14.1.13. Armazenar em meio digital e no formato definido em Norma Administrativa interna, toda documentação referente à gestão do instrumento contratual;
- 14.1.14. Formalizar a necessidade de aditamento ou de deflagração de novo processo administrativo de contratação ao seu superior hierárquico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do prazo de vencimento do instrumento contratual, devendo zelar pela conclusão dos procedimentos no prazo estipulado;
- 14.1.15. Solicitar à Contratada a apresentação da garantia de execução contratual;
- 14.1.16. Instaurar processo administrativo sancionador por não apresentação da garantia ou descumprimento por inexecução parcial ou total do contrato, se for o acaso;
- 14.1.17. Solicitar à Área Financeira a liberação da garantia contratual, quando couber.
- 14.2. **COMPETE AOS FISCAIS**
 - 14.2.1. Reportar-se ao gestor, cabendo ao órgão à área estrutural pertinente a orientação técnica para seu adequado desempenho;

- 14.2.2. Responder pela fiel execução do instrumento contratual, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo de execução estão em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços e fornecimentos;
- 14.2.3. Justificar, nos aspectos técnicos, ao gestor do contrato, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a, posteriormente, ao gestor do contrato;
- 14.2.4. Analisar e submeter ao gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 14.2.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela CONTRATADA;
- 14.2.6. Auxiliar o gestor no armazenamento de toda documentação referente à gestão do instrumento contratual.

15. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1. Considerando que não há demanda por parte da administração pública que justifique a possibilidade de aceitação da participação de outros órgãos no lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP) bem como a possibilidade de adesão posterior ao Sistema de Registro de Preços (SRP) e a respectiva ATA oriunda deste Processo, não será permitida ao Processo Licitatório a aquisição através do Sistema de Registro de Preços (SRP). A ausência de demanda dá-se em razão da especificidade técnica do material.

16. ANÁLISE DE RISCOS

- 16.1. De acordo com o antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2017), através da IN 05/2017 Capítulo III, Seção III, Art 25, 26 e 27 –DO GERENCIAMENTO DE RISCOS– pode-se definir, metodologicamente, a incerteza de eventos em potencial a partir de duas perspectivas: a probabilidade (possibilidade de que um determinado evento ocorrerá) e o impacto (o efeito, a consequência da ocorrência do evento);
- 16.2. Ainda de acordo com referido órgão, uma ferramenta bastante útil para a mensuração, avaliação e ordenamento dos riscos que podem afetar um processo, é a matriz de riscos;

- 16.3. Ademais, a elaboração de mapa ou matriz de riscos se faz obrigatória em relação à contratação pretendida, por força da regra insculpida no parágrafo 8º do art. 54-A do RILC-CBTU;
- 16.4. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;
- 16.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo B;
- 16.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos;
- 16.7. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 16.8. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, conforme abaixo:
 - 17.1.1. Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, incluindo ações de redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada desses resíduos.
 - 17.1.2. Resolução CONAMA nº 448/2012 - Dispõe sobre critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e aeroviários, incluindo obras de infraestrutura e construção civil associadas a esses empreendimentos.
 - 17.1.3. ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental, ajudando as organizações a

identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.

- 17.1.4. Lei Federal nº 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabelece princípios e diretrizes para o uso racional dos recursos naturais, a preservação e a recuperação da qualidade ambiental, entre outros aspectos.
- 17.1.5. Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais. Esta lei define crimes ambientais e suas penalidades, incluindo danos a áreas de preservação permanente, desmatamento ilegal, poluição hídrica, entre outros.
- 17.2. Atendendo ao disposto no Inciso V do Art. 54A do RILC que refere a critérios e práticas de sustentabilidade, a Lei 12305/2010 referente ao gerenciamento de resíduos sólidos e ao Decreto 7.746/2012, que trouxe dispositivos para estabelecer critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública direta, autarquias e empresas estatais, consideramos que a aquisição deve atender aos seguintes critérios:
 - 17.2.1. Reduzir ao máximo o impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - 17.2.2. Preferência para materiais, tecnologias e matéria prima de origem local, conforme legislação vigente;
 - 17.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - 17.2.4. Os itens rejeitados poderão ser reciclados, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
 - 17.2.5. Seguir as boas práticas de gerenciamento de resíduos sólidos conforme legislação federal;
 - 17.2.6. Disponibilizar, em caso de necessidade da área de meio ambiente da Companhia, as licenças ambientais vigentes da FABRICANTE a fim de monitoramento.

- 17.3. Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, e alterações posteriores, só será admitida a oferta de produto cujo FABRICANTE esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 e suas respectivas legislações regulamentadoras;
- 17.4. Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, em plena vigência, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 27/01/2022.
- 17.5. Durante a entrega no almoxarifado da CBTU, a CONTRATADA deverá seguir as recomendações do Comitê de Sustentabilidade da unidade designada para recebimento do material.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 18.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://intranet.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf
- 18.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 18.4. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.

- 18.5. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 18.7. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

19. ANEXOS

- 19.1. ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- 19.2. ANEXO B – MATRIZ DE RISCOS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

GISELLE DUQUE XAVIER

ANT-ENGENHEIRA DE TRANSPORTES
GECOR/GAESP/DT

FELIPE NASCIMENTO MAIA

GERENTE TÉCNICO DE CONTROLE E REFERÊNCIA DE
CUSTOS DE ENGENHARIA – GECOR
DIRETORIA TÉCNICA

GIULIANO MESTOLO PEREIRA

GERENTE GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS EM
EXERCÍCIO

